

Segundo Reinado – Economia

João Pedro Ricaldes dos Santos – História

Durante quase todo o século XIX o principal produto de exportação brasileiro foi o café. Seu desenvolvimento foi estimulado pela crescente procura por este produto no mercado internacional e por novas técnicas de industrialização e de transporte. A economia cafeeira foi acompanhada pela transição do trabalho escravo para trabalho livre, pela imigração em massa e pelo surto industrial causado pela Tarifa Alves Branco.

Desenvolveu-se inicialmente nas proximidades da cidade do Rio de Janeiro e dali se expandiu para o vale do Rio Paraíba do Sul. Esta região fluminense liderou a produção cafeeira entre 1830 e 1880, período em que se repetiu a estrutura produtiva utilizada no ciclo açucareiro: latifúndio monocultor e escravista. Também se verifica nesta fase o predomínio de uma mentalidade tradicional e de uma ideologia monarquista.

A partir da década de 1870 o interior paulista passa a liderar a produção e a exportação do café. Surge nesta região uma nova mentalidade nas elites rurais, marcadamente empresarial. O lucro do café passa a ser investido em atividades diversificadas, tais como, a indústria têxtil, o transporte ferroviário (trens e bondes), companhias de iluminação a gás e até no mercado de ações. Muda também ideologia política, pois nesta região se manifestam as primeiras propostas republicanas.

Portanto, verifica-se nas décadas de 1850 a 1870, na chamada fase do Vale do Paraíba, uma tendência econômica de restauração e fortalecimento da estrutura agro-exportadora e escravista, associada a uma tendência política de apoio ao regime monárquico. Já nos anos 1880, na fase do “Oeste Paulista” a tendência predominante na economia é a articulação entre café e os investimentos industriais (bens de consumo), associado a uma tendência política de oposição à monarquia, o que daria surgimento ao Partido Republicano (1871)

Paralelamente à “marcha do café” a escravidão declina em todo o mundo. No Brasil, o fim da escravidão teve caráter gradativo devido ao interesse das elites rurais em adiar ao máximo a abolição.

O primeiro passo jurídico para o fim da escravidão foi a proibição do tráfico negreiro, determinado pela Lei Eusébio de Queiróz (1850), que atende a compromisso com Inglaterra assumido desde o Tratado de Comércio de 1810. O objetivo inglês era aumentar o mercado consumidor, ao deslocar capital de compra de escravos para compra de bens industriais. A principal consequência da Lei foi o crescimento da imigração europeia para acompanhar a expansão das fazendas de café.

A pressão inglesa pelo aumento do mercado consumidor contribuiu para a luta dos abolicionistas da classe média, mas os escravos também pressionam pelo fim da escravidão, através de fugas em massa. Quando finalmente foi abolida, em 1888, apenas 5% dos trabalhadores ainda eram escravos no Brasil, ao passo que esta marca era de 60% no ano da independência (1822)

Os empresários do café não esperaram a Abolição para fazer uso do trabalho assalariado nas suas fazendas. A expansão do café e o fim do Tráfico Negreiro constituíram-se no principal fator interno de estímulo à imigração europeia no final do século XIX. O principal fator externo que impulsionou a imigração foi o conjunto de guerras de unificação na Itália e na Alemanha de meados do século XIX. Em seus primeiros momentos a imigração foi de caráter privado, organizado pelos próprios fazendeiros, o que gerou o endividamento dos colonos europeus e até o uso de práticas escravistas no trato com trabalhadores livres. A partir da década de 1870, o Estado brasileiro subsidiou a viagem dos imigrantes atacou a mentalidade ainda escravista e fazendeiros do café.